

PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DITADURA E UNIVERSIDADE: CRÍTICA AO CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA

PRODUCCIÓN CIENTÍFICA, DICTADURA Y UNIVERSIDAD: CRÍTICA AL CONCEPTO DE CULTURA POLÍTICA

SCIENTIFIC PRODUCTION, DICTATORSHIP AND UNIVERSITY: CRITIC OF THE CONCEPT OF POLITICAL CULTURE

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.57655>

Wesley Rodrigues de Carvalho¹

Resumo: O artigo se debruça sobre o uso do conceito de “cultura política” para o entendimento da história da universidade no período da ditadura (1964-1985), tal como formulado por Rodrigo Motta em seu livro “As universidades e o regime militar”. Sustentamos a inadequação do conceito empiricamente e pelos seus pressupostos idealistas, ao passo que indicamos a pertinência de Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas e Pierre Bourdieu para a compreensão teórica do Estado, da universidade e de sua produção intelectual.

Palavras-chave: ditadura. universidade. cultura política. repressão. campo acadêmico.

Resumen: El artículo se centra en el uso del concepto de “cultura política” para comprender la historia de la universidad durante el período de la dictadura (1964-1985), tal como lo formula Rodrigo Motta en su libro “As Universidades e o Regime Militar”. Sostenemos la insuficiencia del concepto empíricamente y por sus supuestos idealistas, mientras señalamos la relevancia de Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas y Pierre Bourdieu para la comprensión teórica del Estado, la universidad y su producción intelectual.

Palabras clave: dictadura. universidad. cultura política. Represión. campo académico.

Abstract: The article focuses on the use of the concept of “political culture” to understand the history of the university during the dictatorship period (1964-1985), as formulated by Rodrigo Motta in his book “As Universidades e o Regime Militar”. We support the inadequacy of the concept empirically and due to its idealistic assumptions, while we indicate the relevance of Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas and Pierre Bourdieu for the theoretical understanding of the State, the university and its intellectual production.

Key-words: dictatorship. university. political culture. repression. academic field.

Introdução: “idealismo” e “contextualismo”

Pierre Bourdieu aponta que *esquemáticamente* há duas formas de se compreender a dinâmica da produção científica. Uma delas é “idealista” ou “internalista” e remete, limitante, às dinâmicas internas das ideias considerando que surgem, se modificam, se somam, se opõem, se aperfeiçoam, desaparecem.

Um exemplo de autor que teorizou sobre a história da ciência dessa forma é, segundo Bourdieu, Thomas Kuhn, para quem um paradigma se ergueria quando outro se desgastasse. Entre os “defensores desse fetichismo do texto autonomizado”, também estariam os pós-modernistas que entenderiam que a letra do texto seria “o alfa e o ômega” da leitura para fora da qual não há nada mais para ser conhecido (BOURDIEU, 2004) (BOURDIEU, 1983). Essa compreensão idealista pode se dar como forma de escamoteamento dos jogos de dominação de que participam os intelectuais no campo acadêmico, onde se veicula uma visão irenista sobre a produção e o desenvolvimento das ideias – algo, aliás, fundamental para o poder dos intelectuais dominantes. Ela também se impõe quando tão simplesmente autores não realizam reflexão detida sobre causalidades na evolução científica.

A segunda forma do esquema apresentado por Bourdieu é a “contextualista”, e procuraria compreender as transformações nas ideias a partir de referências ao meio social que exerceria influências e determinações de forma variada. Trata-se de referências a regimes políticos, movimentos sociais, traumas históricos, etc..

Mesmo considerando a dinâmica de autonomia relativa das produções científicas das diversas áreas (“humanas”, “exatas”, etc.), destacamos que a ditadura empresarial-militar conferiu profundas marcas e foi determinante para as definições científicas na universidade. Não se trata de ter nesse argumento uma chave-mestra que confere um significado supostamente real dos rumos da universidade, mas de desenvolver a reflexão de que certas especificidades políticas e institucionais em que atuam os acadêmicos foram condicionantes de suas pesquisas, escritas e atuações docentes e discentes.

O conceito de Estado e a ditadura empresarial-militar

Assim, uma abordagem da universidade e sua produção científica deve se iniciar pela discussão teórica do Estado – e, conseqüentemente da ditadura empresarial-militar. Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, conquanto possuam formulações distintas, fornecem – como se verá, em um mesmo sentido - o quadro para uma primeira explicação (GRAMSCI, 2000) (POULANTZAS, 2000). Este rejeita o que chama de Estado-Sujeito, que é aquele que teria sua vontade como instância racionalizadora da sociedade. Além de não considerar as conexões sociais do Estado, supondo-o instância que paira sobre o que abaixo seria a sociedade, uma compreensão de Estado-Sujeito não abordaria com complexidade a universidade, pois poderia ou completamente identificá-la com o Estado em um todo monolítico; ou reduzi-la a um objeto passivo da esfera governamental, cujos interesses e lógicas de atuação viriam de dentro do próprio Estado que manteria sempre uma relação de exterioridade e superioridade com as demais esferas sociais. A outra modalidade a que Poulantzas se opõe é o Estado-Coisa, visão instrumentalista, onde todo o aparelho é reduzido a uma classe ou grupo (a considerar o caso da ditadura, poderia ser, como queiram, burguesia, militares ou burocratas). Dessa

forma, a universidade seria meramente parte de uma correia de transmissão dos interesses de um grupo ou classe, o que redundaria em uma compreensão engessada incapaz de admitir, mesmo para um regime marcado pela violência, o caráter relativamente autônomo das instâncias estatais, os atos de resistência e as brechas que existiriam.

A leitura de Poulantzas, impedindo-nos de abordar o Estado apartado da sociedade civil, faz entender que as diferentes reproduções históricas do Estado são permeadas de lutas políticas. Ou seja, esses embates não são posteriores ou externos ao Estado, mas o permeiam e lhe são estruturantes. Entender teoricamente que o Estado condensa relações sociais nos conduz a historicamente fundamentar suas diferentes configurações e também a abrigar a ideia de que, material e ideologicamente, assim como há domínio e hegemonia de uma classe (ou fração de classe), há também contradição, fissuras e luta (POULANTZAS, 2000, p. 131-5). Nas palavras de Gramsci,

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem mas até determinado ponto. (GRAMSCI, 2000, p. 42-3)

Para avançar na caracterização histórica desse Estado, primeiramente recorreremos à leitura que ressalta o caráter burguês do golpe de 1964 (MELO, 2014). Burguesia essa que, na visão de Florestan Fernandes - pressionada a conferir garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro; pressionada também pelas demandas da luta da classe trabalhadora e pela intervenção direta do Estado na área econômica – projetava, através da ditadura estabelecer associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional, reprimir pela violência “qualquer ameaça operária”, e transformar o Estado em instrumento exclusivo de seu poder. (FERNANDES, 1975, p. 216-7) Na esfera que nos interessa mais de perto, a política universitária, também se mostra adequada a caracterização da ditadura como empresarial-militar (e não apenas militar). Na realidade, segundo Luiz Antônio Cunha, não seria nem mesmo adequado, com alguma exceção, chamar de militares as políticas educacionais formuladas e implementadas durante o regime (CUNHA, 2014) (ao encontro desta concepção, mas sem enfatizar o caráter burguês da política universitária, temos também a conclusão de Motta: “Os militares não tinham projeto próprio para o ensino superior. Na verdade, foram civis os formuladores dos planos, enquanto a liderança militar contribuiu com a decisão política e o comando.” (MOTTA, 2014, p. 351)).

A reforma universitária engendrada pela ditadura teve seu ponto de culminância com a Lei n. 5540, de novembro de 1968. Um de seus pontos principais foi a extinção das cátedras – entendida largamente à época como domínio de arbítrio pessoal docente e empecilho para renovação científica –

em favor de uma organização em departamentos. A lei incluía a pós-graduação como uma das atividades principais da universidade, favorecendo a pesquisa – pouco desenvolvida até então, segundo percepção generalizada. A lei contemplava a formação de institutos de pesquisa, do regime de trabalho integral para docentes e o aumento de vagas discentes, os quais eram demandas do movimento estudantil. A reforma universitária fortaleceu os órgãos centrais das universidades favorecendo seu controle por parte do governo. O regime jurídico de “fundação” abria a possibilidade de privatização das instâncias universitárias. (CUNHA, 2007) (MOTTA, 2014, p. 106-7)

.Destacamos nesse sentido o projeto privatista da ditadura na área da educação superior, que marcou um aumento dos recursos destinados a entidades privadas em detrimento das estatais e que fez, de 1964 a 1984, as matrículas do ensino superior público caírem de 75% para 25% do total nacional (CUNHA & GÓES, 1985, p. 49). A ditadura também continuamente propôs o pagamento de mensalidades, que chegou a ser concretizado em algumas unidades onde, segundo Cunha, o movimento estudantil era mais frágil. Mas o ponto que mais nos interessa - pela sua repercussão científica dentro da universidade pública e por melhor evidenciar o caráter burguês – é o das concepções que marcaram os planos e a reforma universitária que se concretizou em 1969, procurando submeter o desenvolvimento universitário à demanda de um específico desenvolvimento capitalista dependente (LEHER, 2014), que pode ser entendido a partir de alguns pontos: o significado estreitamente economicista que se tinha da educação, em que seria inclusive necessário abandonar o critério da demanda social que teria presidido a expansão do ensino superior por um outro que levasse em conta a demanda dos três setores da produção; um essencial entrosamento de cursos com empresas; a intenção da reforma de 1969 de colocar a universidade a serviço da produção de uma nova força de trabalho demandada pelo capital no que “...toda ênfase foi dada aos cursos de ciências (exatas?) e de tecnologia, bem como de ciências econômicas, nas quais se ensinava uma das línguas oficiais do poder.” (CUNHA, 2007, p. 287). Mencione-se a influência, para a política para o ensino superior, de projeto elaborado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), órgão empresarial de grande atuação no golpe e nos governos militares (SOUZA, p. 1981). E também a enorme participação dos EUA na formulação da reforma, o que nos remete à relação política e econômica subordinada que o Brasil tinha com aquele país.

Outra fundamental faceta dessa reforma universitária a ser destacada é a “segurança”. Para concretizar seus planos, não apenas para a universidade, mas também para o país, precisaram lançar mão de uma violenta repressão e da criação de uma estrutura centralizada e autoritária que implicava forte controle sobre reitorias, cargos de direção, e todo o conjunto das atividades docentes e estudantis (PEREIRA, 2016). Por último, destaquemos que a ditadura acentuou a heteronomia “...deslocando todo o suporte para a pesquisa [para] fora da universidade e condicionando as pesquisas aos programas e projetos prioritários...”, com os órgãos de ciência e tecnologia “...crescentemente controlados por representantes das corporações ou por sujeitos a elas vinculados (membros de conselhos diretores de

empresas públicas e privadas, dirigentes de entidades empresariais, indicações partidárias associadas a grupos econômicos)” (LEHER, 2014, p. 137-8). Sem evocar o histórico de resistência, as nuances e outros significados que podem ser apreciados quando se analisa, por exemplo, o fim do regime de cátedras vitalícias ou a necessidade de absorção de um contingente populacional crescente, damos conta apenas, com as referências trazidas até aqui, de sentidos gerais da modernização universitária levada a cabo pela ditadura: a reforma, mudança quantitativa e qualitativa de grande magnitude, ocorreu principalmente atendendo a demandas burguesas e através de centralismo e repressão. Esta síntese, conforme nos orientam Gramsci e Poulantzas, não deixa de acomodar a ideia de que a universidade construída na ditadura foi disputada por outras forças sociais com demandas e posicionamentos bem diversos: o corporativismo de funcionários, o idealismo revolucionário de militantes, a mera necessidade de se ter um curso funcionando normalmente através de profissionais qualificados, interesses pessoais de clientelismo, entre outros. Essa situação gera resultados como a contratação e a atuação de marxistas nos mesmos ambientes em que o marxismo foi perseguido, a recontração de professores que pouco tempo atrás haviam sido expulsos por motivos políticos ou mais estritamente “pessoais”, ou o crescimento material das ciências sociais que não cumpriram nenhum papel direto nas estratégicas atividades produtivas da economia nacional e que em alguma medida poderiam até contribuir para a crítica do regime. São situações em que uma lógica – arbitrária, conservadora, burguesa - se aplica de forma preponderante, ao passo que ainda há espaço, mesmo que em nível menor e subordinado, para a existência de perspectivas de tendência anti-hegemônica, ou outras que passem ao largo dos principais interesses do grupo no poder. Nas palavras de Poulantzas, “A política do Estado se estabelece assim por um processo efetivo de contradições interestatais, e é precisamente por isso que, num primeiro nível e a curto prazo, em suma do ponto de vista da fisiologia micropolítica, ela aparece prodigiosamente incoerente e caótica.” (POULANTZAS, 2000, p.137)

O conceito de “cultura política” e a universidade no período ditatorial

Entretanto, na historiografia há outra interpretação para fatos “incoerentes” e “caóticos”. Em um extenso estudo, Rodrigo Motta enfrenta essa questão, que procura resolver através da “inovadora chave interpretativa” (MOTTA, 2014, p.13) que seria o conceito de “cultura política”: “conjunto de valores, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado e inspirando projetos políticos direcionados para o futuro.” (MOTTA, 2014, p.12). No regime militar, essa cultura política teria se expressado como tendência à conciliação e à acomodação, sendo assim estratégia utilizada para evitar conflitos agudos, além de ser marcada também pelo personalismo entendido como prática de privilegiar laços e fidelidades pessoais (MOTTA, 2014, p.13). Sem este conceito, diz Motta, iam nos parecer caóticos e irracionais eventos da história da universidade no regime militar como: demitir

professores e depois recontratá-los; apreender livros e depois permitir que fossem publicados e circulassem; contratar professores marxistas quando uma das bases ideológicas do regime era o anticomunismo. Para o autor, se houve repressão e arbítrio – aliás, bastante documentados em seu estudo - a história não teria deixado de se desenrolar com disposição ao compromisso, à negociação, ao arranjo, e com a recusa de definições rígidas e a repulsa aos conflitos. “Cultura política” seria a grande síntese explicativa não só da universidade sob o regime militar mas, aparentemente, de toda a história brasileira, da independência a Lula (MOTTA, 2014, p. 14-5; 291-2).

A explanação das nossas referências teóricas já nos parece suficiente para a rejeição da “cultura política” como eixo explicativo. Isto não porque cultura deva significar menos que “materialidade” – como se interesses políticos pudessem ser mobilizados fora de um quadro cultural – mas porque o entendimento de “cultura” por parte de Motta é apriorístico e essencialista em relação a toda dinâmica social em que ela está inserida e pretende explicar, conforme já observado por Ludmila Pereira em sua apreciação do autor (PEREIRA, 2016, p.18).

Há, contudo, outros questionamentos relevantes: ainda que aceitássemos a centralidade explicativa de uma mentalidade específica, por que, em um país de escravização longa, de ampla concentração e controle de terras e propriedades, com história republicana cheia de ditaduras, golpes, torturas, assassinatos e atuação de Polícia Militar, a cultura política acionada seria definida como “tendência à conciliação” e não simplesmente pela tendência mais direta à agressividade e à brutalidade? Um regime que se impôs pelas armas, que prendeu e torturou desde o dia um - tendo inclusive a universidade como um de seus principais alvos - deveria ser compreendido teórica e historicamente com ênfase em sua “flexibilidade”?

Em vários momentos de seu texto, Motta se antecipa a críticas que poderiam lhe chegar colocando que não pretende defender a ditadura nem “atenuar as violências” (MOTTA, 2014, p. 17). Muito embora entendamos que a leitura de Motta concorra para difundir um sentimento de “atenuação da violência”, no nosso argumento não se trata de algo como apontar uma maior quantidade de repressão, mas de ajustar a compreensão teórica sobre a coerção na estrutura das relações. Motta não nega factualmente a violência e seu trabalho é uma grande referência para conhecê-la, mas teoricamente ele a entende como algo que aconteceu em paralelo aos “jogos de acomodação”, o que nos conduz a uma leitura contempladora de uma suposta complexidade dos expedientes do poder: ora permissivo, ora repressivo. O erro aqui nos parece ser desvalorizar a violência enquanto marca constituidora da relação política dentro da instituição: ou seja, não deve ser o caso pensar que a repressão ocorreu quando não houve a “conciliação” e a “flexibilidade” (ou vice-versa), mas que ela, a violência, dá o tom geral de toda a relação social dentro da universidade.

Como também já apontado por Pereira, a análise factual de Motta depõe contra o seu postulado teórico: com elementos do seu próprio livro podemos perceber que “cultura política” é um conceito, antes de errado, dispensável. Assim, vê-se que a contratação de opositores do regime pode se

explicar não pela “cultura política” de recusa aos conflitos, mas porque simplesmente se precisava deles para que a universidade funcionasse em um momento de carência de profissionais qualificados – além do bônus de que a recepção a esses intelectuais reduzia a oposição à ditadura no meio acadêmico: “Pela ótica do Estado, como se mostrou, a explicação era sobretudo o interesse em aproveitar pessoas competentes, e em segundo plano a estratégia fomentada por alguns líderes do governo de reduzir a oposição dos intelectuais”. (MOTTA, 2014, p. 322). Esse é caso de muitos intelectuais e principalmente da “Operação Retorno”, tentativa da ditadura de reintegrar ao país os cérebros que havia expulsado. Igualmente, quando comenta a presença de comunistas nos quadros universitários, nos aponta ser essa tolerância de poderosos traço tradicional já há muito inscrito na cultura política nacional. Porém, ato contínuo, Motta nos traz as evidências não culturalistas para tal comportamento: a competência profissional de comunistas; a dificuldade de, em certo momento, se encontrar profissionais que não tivessem um registro político de esquerda; e, algo que não é nada tolerante ou conciliatório, a suspensão da relação se o comunista deixasse a discrição, manifestasse suas ideias e questionasse seu superior:

Pode-se dizer que essa prática [manter intelectuais de esquerda nos empregos] já possuía tradição no país e estava inscrita em certos traços de sua cultura política. A tolerância pode ser atribuída a puro pragmatismo, ou seja, era vantajoso manter nos cargos essas pessoas por sua competência profissional. Mais ainda: em certas áreas acadêmicas, nos anos 1970, sobretudo nas ciências sociais e humanas, era difícil encontrar profissionais sem algum tipo de registro politicamente comprometedor, fosse militância efetiva em grupos de esquerda, fosse participação em protestos e passeatas. E isso parecia mais verdadeiro no estrato de intelectuais mais talentosos e competentes. Por outro lado, essas decisões eram tomadas com base em arranjos que colocavam o compromisso pessoal acima das ideias e dos valores políticos (tema a ser retomado no próximo capítulo). Naturalmente, o compromisso tácito só funcionava enquanto o “comunista” em questão mantivesse atuação discreta, sem chamar atenção para suas ideias e em especial sem questionar o chefe, sob pena de perder a proteção. (MOTTA, 2014, p. 269)

Da mesma forma, devemos nos perguntar se a opção dos poderosos em não aplicar as penalidades mais duras previstas no decreto 477 - substituindo-as por absolvição ou outras formas de punição e processo – deve mesmo ser entendida principalmente como expressão de cultura política “arraigada” na alma brasileira de políticos, militares e burocratas. Ou será que, conforme nos explica o mesmo Motta, devemos interpretar esse expediente mais terreno e simplesmente como forma de evitar os problemas políticos de maiores reações e protestos por parte de integrantes da vida acadêmica, em especial os estudantes?:

Em meio a esse quadro [de rebelião estudantil, por conta de uma certa situação na USP], a reitoria encaminhou abertura de inquérito para aplicação do Decreto 477 contra três estudantes. Entretanto, como houvesse possibilidade da eclosão de protestos estudantis ainda mais intensos em defesa dos três líderes, o reitor decidiu utilizar dispositivos do regimento interno como forma de punição. (MOTTA, 2014, p. 163)

Note-se que mesmo atuando com a coerção, a ditadura necessitava de certo nível de legitimidade e dosar a ação repressiva era não uma forma de suspender o domínio, mas algo essencial

para efetivá-lo: não seria sustentável ao poder ditatorial a multiplicação de casos como os da UNB em que 80% do seu corpo docente (223 professores) pediram demissão em protesto, ou o ocorrido no curso de Economia na UFF em que, por conta da solidariedade manifesta ao professor Ayrton Queiroz que fora preso e torturado, 23 docentes do curso foram expulsos, com outros dois tendo pedido demissão. Por parte dos próprios agentes da coerção havia a leitura de que muita repressão seria “contraproducente” (MOTTA, 2014, p.38-43;299) (PEREIRA, 2016). Conforme bem interpreta Motta,

As estratégias moderadas sugeridas por esses agentes de repressão eram parecidas com as defendidas por autoridades do MEC, e os objetivos eram os mesmos: não oferecer estímulo para protestos radicais, tentar desmobilizar os espíritos, evitar a má publicidade decorrente de atos repressivos. [...] Além disso, esses agentes “moderados” não eram contra o uso da repressão, queriam apenas graduar a força e reservar a “munição pesada” para os líderes efetivamente “subversivos”. Alguns desses agentes “moderados” poderiam estar sob a influência de valores liberais, como o que defendeu a importância do debate eleitoral para formar jovens democratas, porém, tratava-se antes, de pragmatismo. O uso adequado da repressão iria gerar maior eficiência, enquanto a aplicação indiscriminada da força implicava risco de instigar o radicalismo da oposição. (MOTTA, 2014, p. 299)

Em vários momentos de seu texto, a “cultura política” é o recurso conceitual a que se recorre quando não se observa a repressão: “autoridades optaram por atos moderadores e conciliatórios quando tinham à disposição o recurso a métodos repressivos. E isso demanda uma explicação [qual seja, cultura política].” (MOTTA, 2014, p. 293). No parágrafo supracitado, entretanto, Motta deixa claro que suspender algum ato de violência não poderia significar, e é notável que isto apareça em um nível consciente dos agentes históricos, evitar e escamotear conflitos, como deveria ser o sentido do comportamento dos supostamente guiados pela tal cultura política brasileira. Explicita-se que marcam a lógica da atuação o domínio e o controle - e não a conciliação, a tolerância, a flexibilidade e a moderação. Pelo mesmo motivo, no caso da UFF estudado por Pereira e em muitos outros, a repressão não se assumia formalmente como tal, muito embora tivesse todo o aparato legal para fazê-lo. Antes, justificava suas ações como sendo de ordem meramente profissional ou trabalhista (PEREIRA, 2016, p. 239-41). A necessidade política de se aplacar as críticas foi também expressa pelo General Golbery do Couto e Silva, importante ideólogo da ditadura empresarial-militar, que entendia que cumpririam um papel nesse sentido as melhorias na universidade, como, por exemplo a instituição do regime integral para os professores (MOTTA, 2014, p. 102). Há momentos do estudo de Motta em que se contempla a relevância explicativa desse complexo de lutas políticas – indo ao encontro do que seria uma concepção gramsciana. Por exemplo:

A Lei n.5.540 [da reforma universitária de 1968], portanto, foi o resultado das ações e dos projetos de forças díspares, que se aliaram e/ou se enfrentaram ao longo dos anos 1960, com destaque para estudantes, professores, cientistas, militares e técnicos da área econômica [e burgueses, acrescentaríamos nós]. O poder militar fez apropriação seletiva de demandas e propostas apresentadas em anos anteriores, às vezes provenientes do ideário de seus inimigos políticos. Combinando em graus diversos negociação, cooptação e imposição à força, o comando militar apostou em

medidas modernizadoras necessárias a seu projeto econômico e úteis para reduzir a oposição nos meios universitários. Os estudantes foram o grupo com menor acesso às instâncias decisórias, e sua proposta de universidade popular e crítica certamente foi derrotada. Não obstante, de maneira paradoxal, o movimento estudantil teve influência apreciável no processo, exercendo uma espécie de “poder de veto” implícito. Assim, por temor dos protestos, parte dos acordos com a Usaid foi bloqueada, assim como cobrança de mensalidades. Sobretudo, a pressão estudantil serviu de estímulo político para que a arrastada discussão sobre reformas no ensino superior saísse dos planos e se tornasse realidade. (MOTTA, 2014, p. 108)

Entretanto, essa forma de compreensão não toma lugar quando o autor se dedica a discorrer teoricamente ou quando coloca - por exemplo, no subtítulo de seu trabalho - qual seria o sentido explicativo geral da história da universidade. Ao fim e ao cabo, “cultura política”, na obra de Motta, é menos um conceito que uma etiqueta a que se recorre quando simplesmente se observa que o arbítrio e a violência não foram tudo o que houve (e como poderiam ter sido?), pois sempre haveria o quinhão da relação social reservado à “moderação”, à “flexibilidade” e à “conciliação” constitutivas da tradição nacional.

Mesmo não dizendo respeito diretamente à temática deste artigo, gostaríamos de abrir um parêntese para apontar que há um outro elemento negativo na interpretação de Motta, a suposição, fartamente trabalhada pelo autor, de que há um paradoxo entre a modernização e a repressão engendradas pela ditadura nas universidades. Ou seja, expandir os *campi*, criar programas de pós-graduação, aumentar vagas, instituir departamentos seriam, para Motta, de alguma forma contraditórios com as ações arbitrárias e coercitivas. Rafael Vieira critica esta compreensão de Motta, argumentando longamente que modernização e violência, longe de serem fatores de naturezas distintas que porventura se tocariam, fazem parte de um mesmo processo orgânico, de relação estrutural. Não caberia, assim, alegar dicotomia entre esses diferentes elementos. (VIERA, 2017).

O “campo”

Avançando na argumentação voltando-nos novamente agora para a apreensão teórica da produção intelectual da universidade, temos que a caracterização que traçamos até aqui é tão fundamental quanto insuficiente. Bourdieu nos informa sobre um certo “universo intermediário” a ser considerado para essa problemática:

Digo que para compreender uma produção cultural (literatura, ciência, etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. [...] Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. (BOURDIEU, 2003, p. 20)

O campo é “espaço”, mais ou menos institucionalizado, onde agentes tem interesses, estão em luta e são marcados por uma distribuição desigual de poder (capital). Para o conhecimento do campo científico ou acadêmico, nos é importante a ideia de que há duas espécies fundamentais de “capital”, com lógicas de acumulação e dinâmicas diferentes:

...de um lado, um poder que se pode chamar temporal (ou político), poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou de departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação, etc., e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer carreiras) que ela assegura. De outro, um poder específico, “prestígio” pessoal que é mais ou menos independente do precedente, segundo os campos e as instituições, e que repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre eles...(BOURDIEU, 2003, p.35)

Com isto, novamente se reforça que não poderemos entender o desenvolvimento científico universitário se estivermos atentos a questões estritamente científicas, sob o risco de uma visão acrítica ou até ingênua. Antes, na história das ideias científicas concorrerão tendências que remetem ao exercício de poder dos agentes em suas facetas “temporal” e “específica”. Dessa forma, toda ação intelectual é uma ação de poder dentro do campo e todo conflito intelectual é um conflito de poder interno.

Assim, pelo fato [...] de que eles são o lugar de dois princípios de dominação, temporal e específico, todos esses universos são caracterizados por uma ambiguidade estrutural: os conflitos intelectuais são também, sempre, de algum aspecto, conflitos de poder. Toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, e a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos. (BOURDIEU, 2003, p.19).

Entretanto, não se trata de colocar que a produção científica universitária tenha se desenvolvido unicamente em função da disputa entre intelectuais por prestígio e pelo controle de recursos materiais: Bourdieu argumentou longamente contra aqueles que supunham a lógica assim reducionista do campo – a quem chamou de “ingenuamente maquiavélicos” (BOURDIEU, 2004). O “político” e o “científico” dos agentes não tem caráter isolado de forma que, como diz o autor, é inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais das práticas essencialmente sobredeterminadas. (BOURDIEU, 1983)

Essencial à nossa análise há uma outra dimensão, a que trata do campo face às “pressões externas” ou às “leis sociais externas”. Muito longe de supor que esse “universo intermediário”, o campo, é algo como o mais determinante das atividades científicas, Bourdieu nos encaminha a uma análise que o integre em relação ao exterior que lhe pesa, com intensidades variadas, tanto com demandas intelectuais em relação à sua produção, como através de intervenções sobre a distribuição interna de capital. Essa invariável relação do campo com poderes externos não significa que a

produção científica será meramente a encomenda para interesses gestados alhures, ou que os seus meios de produção sejam exclusivamente operados por gente de fora:

Uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de refratar, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas [...] Dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução. (BOURDIEU, 2003, p. 22).

Conclusão

Com base nessas referências conceituais de Gramsci, Poulantzas e Bourdieu, pode-se passar efetivamente à análise empírica das demandas que a ditadura empresarial-militar teve sobre a produção científica das diferentes áreas; das formas com que os poderes externos ou internos intervieram em questões de repercussão científica; e das possibilidades de autonomia no interior do campo. Suas contribuições teóricas envolvem noções de determinação e dominação sem cair no mecanicismo. A isso nos conduzem Gramsci e Poulantzas com suas compreensões dialéticas das forças sociais envolvidas. Já o quadro teórico fornecido por Bourdieu é adequado também a um contexto de ditadura, contemplando por um lado a capacidade de intervenção violenta e, por outro, que as pressões externas se exercem, necessariamente, por intermédio do campo, sendo mediatizadas pela sua lógica interna. Um campo pode ser muito heterônomo – como foi a universidade sob a ditadura - mas os poderes internos não atuarão necessariamente como meros retransmissores dos poderes externos. O resultado pode dar no “caótico”, no “incoerente” e no “irracional”. Motta pretendeu apreender tal situação com um conceito, “cultura política”, que é apriorístico em relação à realidade que pretende explicar. Mas a produção científica e a configuração estatal da qual a universidade é parte estão conformadas pelas forças sociais e pelos interesses materiais, como indicam os autores que aqui reivindicamos.

Referências:

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo. Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico IN: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. IN: **Revista Educação e Sociedade**, v. 35, n. 127, abr-jun 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda**. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. & Góes, Moacyr. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

- FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- LEHER, Renato. Ditadura de 1964: uma universidade para o capitalismo dependente. IN: IASI, Mauro & COUTINHO, Eduardo Granja. (orgs.) **Ecos do golpe.** A persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- MOTTA, Rodrigo. **As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. IN: MELO, Demian (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987).** 2016. Orientador: Marcelo Mattos. 321p. Tese de Doutorado. UFF, Niterói, 2016.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SOUZA, Maria Inez Salgado. **Os empresários e a educação.** O Ipes e a política educacional após 1964. Editora Vozes, 1981.
- VIEIRA, Rafael. **Monumento de cultura – monumento de barbárie:** Uma crítica da leitura de Rodrigo Motta sobre as políticas para a universidade no Brasil durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985). IN: ANAIS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017. DE O CAPITAL À REVOLUÇÃO DE OUTUBRO (1867-1917). Disponível em <http://www.niepmarx.blog.br>. Acessado em julho de 2018.

Notas

1 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de Ensino Básico pela Prefeitura Municipal de Macaé e pela Prefeitura Municipal de Rio das Ostras. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1354549680262346> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6764-1695> Email: carvalho.wr@gmail.com

Recebido em: 13 de nov. 2023

Aprovado em: 08 de fev. 2024